

Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo

Jorge Pedro Sousa*

Índice

1	Introdução	1
2	As fontes de Peucer	4
3	Tobias Peucer, o precursor da Teoria do Jornalismo contemporânea	5
4	Tobias Peucer: o autor do primeiro manual de jornalismo	10
5	Conclusões	12
6	Bibliografia	12

Resumo

Este texto pretende situar o papel de Tobias Peucer enquanto progenitor da Teoria do Jornalismo, destacando a forma como esse pesquisador alemão, na sua tese doutoral, apresentada em 1690 à Universidade de Leipzig, na Alemanha, apontou caminhos para a pesquisa e reflexão que outros autores só começaram a seguir dois séculos mais tarde. Peucer reflecte sobre ética “jornalística”, relações entre “jornalismo” e história, critérios de noticiabilidade, o papel do mercado na configuração da informação e mesmo sobre agendamento, temas centrais da Teoria do Jornalismo contemporânea.

*Jorge Pedro Sousa é professor associado e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. É doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

1 Introdução

Quando, em 1690, o alemão Tobias Peucer, um erudito de Görlitz que tinha estudado teologia e medicina, apresentou, na Universidade de Leipzig, Alemanha, a sua tese doutoral sobre as *relações e relatos de novidades*¹, diríamos hoje sobre jornais e notícias, ou seja, sobre jornalismo, o tempo era de mudança política e social. A Reforma Protestante tinha abalado a autoridade da Igreja Católica e exigia aos crentes um desenvolvimento pessoal centrado na educação, propondo também uma nova ética para os negócios e a política, para o relacionamento interpessoal, para o relacionamento entre as pessoas e as instituições e ainda para a intervenção nos assuntos públicos. A burguesia comercial em ascensão, cada vez mais enriquecida, reivindicava protagonismo na gestão da “coisa pública”, adivinhando-se a crise do Absolutismo Régio. O “espaço público”, na versão de Habermas (1989), começava a criar-se com as discussões racionais sobre negócios e política nos clubes de cavalheiros e cafés, em cidades como Lon-

¹ Peucer denominou a sua tese “De Relationibus Novellis”, podendo a terminologia referir-se quer aos periódicos da época no seu conjunto quer às notícias em si, os relatos (“relationes”) de “novas comunicações” (“novellae”), ou seja, de novidades ou notícias.

dres e Paris. Intelectuais como John Locke² defendiam o direito à revolta contra ditadores e tiranos, avançando com a ideia de que governantes e governados devem estabelecer um contrato em que os segundos consentem livremente em ser governados pelos primeiros, em favor do bem comum, que deve ser perseguido pelos governantes. A sociedade ocidental dava os primeiros passos em direcção ao liberalismo político. O período era também de pré-Revolução Industrial, aparecendo novos inventos a velocidade crescente.

Ora, quando mais uma sociedade está sujeita à instabilidade e à mudança, mais as pessoas necessitam da comunicação social para satisfazerem necessidades informativas, compreenderem o mundo e compreenderem-se a elas mesmas e obterem orientação (Ball-Rokeach e De Fleur, 1986). O século XVII foi, assim, um período de florescimento dos antepassados dos jornais contemporâneos. Estas publicações, porém, não tiveram sucesso unicamente por causa do significado da reforma protestante para o desenvolvimento educacional de cada pessoa ou somente devido ao desejo de intervenção sobre os negócios públicos de burgueses enriquecidos e intelectuais. Na realidade, o florescimento da imprensa no século XVII deve-se à feliz confluência de vários factores além dos atrás referidos, entre os quais os seguintes:

a) O desenvolvimento da tipografia gutemberguiana, surgida no século XVI, por volta de 1540;

b) A expansão da indústria do papel, que satisfaz a procura crescente de um suporte

² John Locke publicou no mesmo ano em que Tobias Peucer apresentou a sua tese, 1690, o livro *Two Treatises on Government*.

mais fiável do que o pergaminho ou o papiro para a indústria tipográfica;

c) A vontade de alguns negociantes, muitos deles proprietários de tipografias, que começaram a ver nas notícias uma mercadoria capaz de gerar lucro;

e) A necessidade de informações económicas que alimentassem os negócios numa sociedade capitalista em expansão;

f) O aumento dos fluxos de informação, a nível nacional e internacional, que retroalimenta o processo (as publicações aceleram os fluxos de informação e estes, por sua vez, estimulam o aparecimento de novas publicações).

A imprensa existente no século XVII, objecto de estudo de Tobias Peucer, não era homogénea e as suas raízes directas remontam à Idade Média. Coexistiam vários tipos de publicações, podendo todas elas ser consideradas antepassadas dos jornais contemporâneos³. As *relações de novidades (relações de notícias)*⁴ configuravam-se como uma espécie de “compêndios noticiosos”, por vezes volumosos, que reuniam notícias sobre pessoas importantes, normalmente reis e aristocratas, batalhas, acontecimentos das cortes, catástrofes e batalhas, mas também sobre assassínios e assuntos insólitos e surpreendentes (milagres, feitiçaria, nascimento de animais estranhos, etc.). Muitas das “notícias” publicadas eram descarada e totalmente fal-

³ Interessa-nos observar as publicações existentes no último quartel do século XVI e não antepassadas remotas dessas publicações, como, por exemplo, as *Efemérides* gregas, as *Actas Diurnas* romanas ou ainda as crónicas e folhas volantes medievais.

⁴ Por vezes adquirem outras denominações, como “gazetas”, “mercúrios” ou mesmo “avisos”, embora esta última designação seja mais frequente nas chamadas “folhas volantes”.

sas, abusando da credulidade de uma população pouco instruída, supersticiosa e profundamente religiosa. Às vezes, os relatos noticiosos eram enquadrados pela moral cristã ou mesmo sob o prisma do contentamento ou descontentamento divino. A *Gazeta Em que Se Relatam as Novas Todas, Que Houve Nesta Corte, e que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, antepassado dos jornais portugueses, é um bom exemplo das *relações de notícias* do século XVII.

Algumas dessas *relações de notícias* tinham periodicidade relativamente definida, outras não. Em alguns casos, a periodicidade das publicações variava, de acordo com a informação disponível sobre os acontecimentos relevantes. As primeiras relações eram anuais ou bienais, passando depois a mensais, quinzenais, semanais até chegarem à periodicidade diária⁵. Para os contemporâneos de Peucer, a intensificação dos fluxos de informação certamente pareceria ser vertiginosa, um pouco como sucede agora conosco, ao observarmos o impacto da Internet e dos novos suportes e dos novos meios de comunicação na sociedade e nas pessoas.

As *folhas volantes*, herdeiras directas das folhas volantes manuscritas da Idade Média e dos *avisos* italianos e alemães, constituíam um segundo modelo de publicações. As *folhas volantes*, de periodicidade mais indefinida, normalmente falavam de um único as-

⁵ Não há acordo sobre a data em que aparece o primeiro diário, mas alguns historiadores da imprensa, como Costella (1984), dizem que foi o *Daily Courant*, surgido em 1702, em Inglaterra. Outros autores, como Casasús e Ladevéze (1991), concedem essa honra ao *Leipziger Zeitung*, cuja publicação se terá iniciado em 1660, em Leipzig, na mesma cidade onde trinta anos após Tobias Peucer apresentou a primeira tese doutoral sobre “jornalismo”.

sunto. Havia *folhas volantes* de dois tipos. Um primeiro tipo, mais “sério”, configurou-se como antepassado do jornalismo económico, já que abordava essencialmente informação comercial e por vezes quase publicitária (por exemplo, informações bancárias, criação de fundos para seguros entre armadores, enumeração dos navios que chegavam a um porto e da carga que transportavam ou informação sobre a aceitação de mercadorias para transporte marítimo...). As folhas volantes do segundo tipo falavam dos mesmos assuntos que as *relações de notícias* (reis, rainhas e outras celebridades; assassínios e assassinos; catástrofes; batalhas; trocas comerciais; milagres, feitiçaria, bizarras da natureza e outros assuntos insólitos, etc.), mas nem sempre com um propósito predominantemente informativo. Nas *folhas volantes*, acontecia, frequentemente, que a informação servia de pretexto à pregação moralista, ao regozijo ou ao queixume, às vezes sob a forma de poesia e de canções. De qualquer maneira, pode afirmar-se que a imprensa nascente tinha um cariz essencialmente informativo, embora por vezes enquadrasse os factos pelo prisma da moral cristã. Os jornais do século XVII mostram, afinal, que, ao contrário do que por vezes se lê, a imprensa noticiosa não é uma invenção norte-americana do século XIX, mas sim uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, que recupera uma tradição noticiosa (nunca perdida) iniciada com as *Efemérides* gregas e as *Actas Diurnas* romanas.

Este texto tem a pretensão de evidenciar os dotes de pesquisador de Tobias Peucer, um observador sagaz da diversificada imprensa informativa da época em que viveu, que elevou à condição de objecto de estudo, propondo uma primeira “teoria do jornalismo”

num tempo em que ainda nem sequer se falava de jornalismo, mas em que, paradoxalmente, o campo jornalístico se começava a consolidar.

2 As fontes de Peucer

Em favor da verdade histórica, é preciso salientar que Tobias Peucer não foi o primeiro estudioso do século XVII a debruçar-se sobre os fenómenos pré-jornalísticos desse tempo e muito menos o primeiro autor a contribuir para o entendimento do jornalismo. Na realidade, quando Peucer escreveu a sua tese, existiam já referentes teóricos da retórica, da filosofia, da história, da jurisprudência, da ética e da moral que se podiam aplicar ao jornalismo emergente. Alguns dos autores de que Peucer se serviu eram seus contemporâneos, mas outros remontavam à antiguidade grega e romana.

No campo da retórica, Peucer socorreu-se dos antigos filósofos e retóricos gregos e romanos, como Fábio Quintiliano ou Cícero, que, entre outros contributos para os estudos jornalísticos, há mais dois mil anos foram fixando para a posteridade a fórmula dos *elementa narrationis* para contar novidades (circunstâncias de sujeito, objecto, lugar, tempo, causa e maneira, ou seja, “quem? ”, “o quê? ”, “onde? ”, “quando? ”, “porquê? ” e “como? ”), tantas vezes atribuída erroneamente aos americanos do século XIX. Peucer lançou também mão de outros textos clássicos, como os de Luciano de Samosata, autor do século II, sobre historiografia. Este autor, que Peucer subscreve, escreveu a obra *Como se Deve Escrever a História*, onde adopta um tom positivista, prescrevendo que a historiografia se deve basear em factos e não em interpretações (enquadramentos) que engran-

deçam ou denigram os factos e muito menos em invenções, como muitas vezes sucedia.

Peucer, como se disse, contactou também com diversos escritos de autores seus contemporâneos que desenvolveram pesquisas e reflexões sobre o papel das *relações de notícias*, ou seja, sobre o papel dos jornais. Poderá mesmo falar-se de uma Escola Alemã de pensamento comunicacional, que teria sido a primeira escola de pensamento comunicacional a surgir, mais de dois séculos antes da Escola de Chicago e de outras escolas alemãs, como a Escola de Frankfurt e a Escola da Periodística, também chamada Escola Publicística (onde pontificou Otto Groth).

São três os autores do século XVII citados por Peucer: Christian Weise (uma citação); Ahasver Fritsch (duas citações) e Christophorus Besoldus (uma citação).

Christian Weise publicou, em 1685, a primeira reflexão sobre jornais baseada numa análise de conteúdo. O trabalho intitulava-se “Nucleus Novellarum ab Anno 1660 Usque 1676” e surgiu como apêndice do livro *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum*. Nesse trabalho, Weise manifesta-se crente no valor formativo, informativo e utilitário dos jornais.

No pólo oposto ao de Weise, o jurista Ahasver Fritsch aborda a problemática do uso e abuso das notícias, na obra *Discursus de Novellarum Quas Vocant Neue Zeitung Hodierno Usu et Abusu*, publicada em 1676, tendo adoptado um tom eminentemente crítico e negativo, aconselhando as pessoas a não crer em tudo o que liam.

Christophorus Besoldus não fez uma reflexão exclusiva sobre jornais e notícias, mas é na sua obra *Thesaurus Practicus*, editada em 1629, na qual colateralmente fala das notí-

cias sob o ponto de vista jurídico, que pela primeira vez se usa a expressão "Neue Zeitungen" para referir os jornais, que tendiam já para uma periodicidade diária (Casasús e Ladevéze, 1991: 52).

3 Tobias Peucer, o precursor da Teoria do Jornalismo contemporânea

A tese doutoral de Peucer tem 29 capítulos interligados, todos de pequena dimensão (um, dois ou três parágrafos). A profundidade e a dimensão da obra não se equiparam a uma tese doutoral actual. No entanto, há um tom de contemporaneidade no entendimento peuceriano do jornalismo. Peucer valoriza e aborda essencialmente a vertente informativa dos jornais que relatam acontecimentos, contam novidades, em suma, dão notícias, percebendo, claramente, que a comunicação jornalística, embora possa ter outras finalidades, serve essencialmente para *informar*. Esta percepção das qualidades do trabalho de Peucer é, de resto, corroborada por Casasús e Ladevéze (1991: 47).

Por outro lado, e esta é a tese que procuraremos demonstrar, em vários excertos da tese de Peucer notam-se as preocupações do autor com algumas das questões centrais em torno das quais se tenta construir actualmente uma teoria da notícia e do jornalismo: os conceitos de notícia e de jornais; as relações entre "jornalismo" e história; o contributo da retórica e da evolução histórica para a estrutura das notícias; os critérios de noticiabilidade; os constrangimentos à produção de informação, etc.

a) O conceito de notícia em Peucer

A definição peuceriana de "notícia" é essencialmente descritiva, mas também actual e universal. Para o autor, os jornais "contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja (...) como acontece na vida diária" (cap. IV), coisas essas que são "novas" (cap. XIX), têm "certa utilidade e actualidade" (cap. XXIV) e satisfazem a "curiosidade" humana (cap. VIII; XIV e seguintes). Com esta descrição dos jornais, Peucer evidencia cinco características das notícias: 1) pode haver *notícias sobre tudo*; 2) as notícias referem-se a *acontecimentos actuais*; 3) as notícias trazem *novidades*, são mesmo sinónimo de novidades (*novellae*), são relatos de novidades; 4) as notícias são úteis; e 5) muitas notícias têm sucesso porque satisfazem a curiosidade humana.

Para Peucer, as notícias são ainda relatos "precipitados" (cap. VI), ou seja, sujeitos à pressão do tempo, que se limitam "somente a uma simples exposição, unicamente a bem do reconhecimento dos factos históricos mais importantes" (cap. IV), onde se põe "por escrito a memória dos acontecimentos". Falam ainda de "coisas singulares" (cap. XV) e como as possibilidades de escolha de notícias são quase infinitas é preciso "estabelecer uma selecção de modo a que seja dada preferência aos (...) [factos] que merecem ser recordados ou conhecidos" (cap. XV).

Em suma, as notícias, segundo Peucer, são relatos:

- *expositivos* e *escritos* (o que implica o recurso à linguagem);
- sobre *singularidades* (o que implica a re-

moção artificial dos acontecimentos do todo real);

– *seleccionados* entre vários relatos possíveis segundo a sua *importância* (o que põe em relevo a actividade de *gatekeeping* e a existência de critérios de noticiabilidade que enquadram o que é e não é importante);

– *condicionados por factores como o tempo e contidos* (o que evidencia os vários constrangimentos, nomeadamente os temporais, na produção das notícias);

– que se *orientam para os acontecimentos* (e não para as problemáticas);

– e que são novos, isto é, oferecem *novidades*, o que satisfaz a curiosidade humana.

Esta noção global de notícia avançada por Peucer é cheia de actualidade, levantando aspectos centrais da teoria da notícia contemporânea.

b) As relações entre jornalismo e história

Para Peucer, o “jornalista” é responsável pela inclusão ou exclusão de alguns acontecimentos na história, questão central para autores contemporâneos como Nora (1977; 1983). Aliás, no trabalho de Peucer não é totalmente visível uma diferenciação entre “jornalismo” e história. “Jornalismo” e história seriam, de certa forma, sinónimos e a redacção da história é o grande referente de que Peucer se serve para aconselhar os “jornalistas” na sua actividade emergente. São vários os excertos onde se evidencia a percepção de Peucer. Para ele, fazer “jornalismo” é essencialmente construir a história da vida diária, fazer uma historiografia dos acontecimentos relevantes, dos “factos históricos mais importantes” (cap. IV), pôr “por escrito a memória dos acontecimentos”

(cap. VI). Nos capítulos III e seguintes, Peucer diz, inclusivamente, que há duas formas de história: a que se apresenta “como um fio contínuo, conservando a sucessão precisa dos factos históricos (...) [sendo] denominada universal”; e a que se apresenta sob a forma de “coisas esparsas” (Peucer cita Aristógenes), “histórias sem ordem” (Peucer cita Fest, citado por Lactâncio), “miscelânea (...), história variada ou multiforme (...) [,] coisas desordenadas” (Peucer cita Aristóteles, citado por Laércio). Os jornais são, para Peucer, um exemplo desta última forma de escrever história. Por outras palavras, os jornais são uma história desordenada, constituída por uma miscelânea de assuntos.

Essa “história desordenada” que os jornais apresentam é, segundo Peucer, feita por pessoas que “se encontram quase desprovidos daquilo que é necessário para estabelecer a história escrita (...) [como] conhecimento dos factos, competência, juízo elevado, documentos autênticos obtidos em arquivos não suspeitos (...) e a linguagem e o estilo adequados à história” (cap. XXVI). Peucer é, assim, bastante crítico para a forma como se fazia “jornalismo” na sua época, no que se aproxima dos críticos contemporâneos da imprensa (também nisto as variações foram poucas!). Mas mesmo não fazendo uma história erudita e não sendo feitos por pessoas “doutas e insignes”, os jornais, segundo Peucer, têm “utilidade pública”, sobretudo para as pessoas (em especial os eruditos) conhecerem os actos e os agentes do poder (cap. XXVI).

Apesar desse enquadramento, Peucer explica também que os jornais, por força de constrangimentos como o desejo de lucro dos seus proprietários (cap. VIII), procuram, antes de mais, satisfazer a curiosidade

humana e serem úteis, não fazer história: “os relatos jornalísticos não costumam escrever tendo em vista a posteridade, senão tendo em vista a curiosidade humana” (cap. XXIII). Por isso tivemos o cuidado de dizer acima que apesar de a escrita da história ser o grande referente de Peucer, não há, nos escritos deste autor, uma coincidência total entre a história e o jornalismo, nomeadamente se por história se entender o que Peucer denomina de história universal. No entanto, Peucer repisa que a ambição do “jornalista” deve ser escrever história universal e que o “jornalismo” é responsável pela inclusão de alguns acontecimentos nessa mesma história. Veja-se o seguinte excerto do texto de Peucer: “se acontece que a partir deles [jornais] as coisas narradas passam também à história propriamente dita, há de se compreender que nem todos, mas somente de uns poucos, os que foram registados com uma certa acurácia e aplicação é que passam à história” (cap. XXIII). Peucer pede, ainda, cuidado aos historiadores do futuro que viessem a consultar os jornais do seu tempo, pois tomar os jornais por “documentos confiáveis” pode “obscurecer a memória da posteridade” (cap. XXIII).

Peucer também chama a atenção para o facto de as “notícias” serem historicamente conformadas, um tema repetido no campo da teoria do jornalismo por autores como Schudson (1978; 1988; 1996) ou Sousa (2000). Para o provar, Peucer relembra, nos capítulos VI e VII da sua tese, o processo histórico que permitiu o aparecimento dos jornais do século XVII. Antes de mais, o autor critica a “negligência dos antigos” que não davam atenção à história. Relembra, depois, “os escritores insígnies, tanto gregos como latinos, que, de uma só vez, estabe-

leceram as bases (...) da história escrita”; os correios (troca de cartas com novidades) instituídas pelo imperador Augusto; o ensino da história na Alemanha, introduzido na época do imperador Carlos Magno; “a relação dos factos históricos” nas crónicas medievais; os “homens sérios e doutos” que se aplicaram no “ressurgimento da história” a partir do início do século XV; e finalmente o aparecimento dos primeiros pré-jornais, denominados por “mercúrios” em honra de Mercúrio, deus das comunicações.

c) Condições e constrangimentos da produção de informação

A moderna teoria do jornalismo relembra que a produção de informação se faz num campo onde intervêm várias forças, sofrendo vários constrangimentos (Sousa, 2000; Traquina, 2002), que levam, inclusivamente, a que por vezes se tenham notícias que ninguém quer e não se tenham notícias que todos querem.

As *condições pessoais* são um dos elementos formatadores das notícias intuídos por Peucer. Por exemplo, no capítulo XVII da sua tese, o autor chama a atenção para o facto de factores como o ódio ou o apoio aos “jornalistas” aos governantes ou ainda a necessidade de adulação dos “jornalistas” condicionarem os enquadramentos das notícias. A capacidade de *juízo noticioso* (*news judgement*), também uma qualidade pessoal do “jornalista”, é igualmente equacionada por Peucer como um factor formatador das notícias no capítulo XI da sua tese (“faz falta o juízo”⁶, clama o autor!) e no

⁶ Ver abaixo uma citação mais completa, no item sobre a ética “jornalística” peuceriana.

capítulo XVI (onde critica explicitamente a “falta de capacidade de julgamento”).

O *factor tempo* é um dos factores de constrangimento à produção de informação (Schlesinger, 1977) para o qual Peucer chama indirectamente a atenção, quando relembra que as “notícias” são “relatos (...) precipitados” (cap. VI), elaborados “precipitadamente” (cap. XIX), muitas vezes em situações de incerteza. O pesquisador reforça essas ideias lembrando também que os periódicos são “impressos com intempestiva frequência hoje em dia” (cap. VII).

Outro constrangimento intuído por Peucer é a *força do mercado*. Peucer intuiu a sua importância para o jornalismo, explicando que “a busca de lucro tanto da parte dos que confeccionam os periódicos, como da parte daqueles que os comerciam” foi uma das razões que levou ao aparecimento dos jornais (cap. VIII).

Peucer evidencia também que a *dependência das fontes*, quando o “jornalista” não presencia o acontecimento, pode tornar-se um factor de constrangimento, já que é “merecedor de mais credibilidade o testemunho pessoal” (cap. X). Por isso, no capítulo XIV da tese, de certa forma Peucer aconselha a *contratação de fontes* para assegurar a veracidade e credibilidade das notícias, pois todas as fontes tendem a ser inevitavelmente dissonantes em relação à realidade, já que misturam “coisas falsas com coisas verdadeiras sem culpa sua”. Também aconselha cautela na consulta de documentos para fazer notícias, que devem ser “autênticos, obtidos de arquivos não suspeitos” (cap. XXVI).

Dois derradeiros factores de constrangimento à acção jornalística consistem nas *sanções e ameaças de sanções* (“é coisa perigosa escrever sobre aquilo que pode

lhe mandar ao degredo” - cap. XVII) e na *censura prévia*, comum no tempo de Peucer (cap. XXVIII).

d) A noticiabilidade

A noticiabilidade é uma das áreas centrais da teoria do jornalismo, pois, em última instância, permite a resposta à questão “por que é que temos determinadas notícias e outras não?”. Na realidade, o carácter noticiável de um facto não o promove automaticamente a notícia, já que há muitos outros factores a ter em conta (ver, por exemplo: Sousa, 2000; Traquina, 2002), mas se um facto for enquadrado e percebido como sendo notável e potencialmente noticiável devido à obediência a um ou vários critérios de noticiabilidade, então poderá mais facilmente vir a tornar-se notícia.

A ideia da existência de critérios de noticiabilidade, critérios susceptíveis de permitir a atribuição de valor noticioso a factos e notícias que se sobrepõem à subjectividade jornalística, é de Galtung e Ruge (1965), que pela primeira vez apresentaram uma lista desses critérios. Mas essa dádiva à teoria do jornalismo está indiciada em escritos muito anteriores, entre os quais a tese de Tobias Peucer. Obviamente, Peucer não falou de critérios de noticiabilidade, nem de valores-notícia, mas tece várias considerações onde intui a sua existência e, mais do que isso, procura fazer uma lista do que deve e não deve ser noticiado (caps. XV e XVI), na qual se detecta a existência desses critérios. Assim, para ele as notícias devem versar:

– “coisas (...) acontecidas recentemente” (cap. IV), o que destaca o critério da *actualidade*;

– “factos históricos mais importantes”

(cap. IV), o que destaca o valor da *importância*;

– temas de *interesse cívico* (o que é útil e as pessoas devem conhecer);

– o que é *insólito*;

– o que é *negativo*, como as catástrofes e as guerras;

– o que se passa com as *pessoas ilustres* (o que evidencia o valor da *referência a pessoas de elite*); etc.

Os interesses e desejos da audiência também condicionam a noticiabilidade. Peucer intui-o em diversas passagens da sua obra. Por exemplo, no capítulo IV ele diz que os jornais são apelativos precisamente porque propõem ao “leitor curioso (...) variedade de carácter ameno”. Dito de outro modo, os jornais têm de ser variados, *tematicamente equilibrados*, um valor-notícia também referenciado por Galtung e Ruge (1965).

e) A função de agendamento

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do agendamento (agenda-setting) têm demonstrado que a comunicação jornalística tem a capacidade de agendar temas que são objecto de debate público, dependendo do sucesso do agendamento de factores como a conversação interpessoal acerca desses temas (McCombs e Shaw, 1972). Esta hipótese, que passa por ser anglófona e do século XX, também foi referida por Peucer há mais de três séculos. Ele explica, por exemplo, que as notícias relatadas nos jornais são “propagadas pela voz pública” (cap. IV) e que “os que [as] lêem podem satisfazer assim a sede de novidades dos companheiros e dos grupos de amigos” (cap. XXIV) e ainda que através dos jornais se podem conhecer “os direitos entre os prin-

cipes (...) juntamente com as deliberações, os artifícios e os costumes” (cap. XXVI). Sob este prisma, ao publicitarem os actos de poder, os jornais são também úteis para a vida cívica, entendimento liberal do papel da imprensa.

f) A função do distanciamento social

Peucer também intuiu um efeito comunicacional relevante dos jornais: a intensificação das diferenças de conhecimento. Este efeito do jornalismo, equacionado por Tichenor, Donohue e Olien em 1970, mostra que quem beneficia mais com as informações dos jornais é quem já tem conhecimentos sobre os assuntos em causa e tem igualmente condições económicas para aceder à melhor informação (Tichenor, Donohue e Olien, 1982). Por outras palavras, embora o jornalismo potencialmente informe todos por igual, como a informação é melhor aproveitada por uns do que por outros, o jornalismo tende a distanciar as pessoas em termos de conhecimento, uma forma de controlo social. Uma das passagens da tese de Peucer em que se nota a ideia do distanciamento social surge no capítulo XXVI, no qual Peucer explicita que embora os jornais possam ser úteis a todos, eles são particularmente úteis para os “poucos” que têm “um conhecimento da geografia, dos negócios civis e sobretudo das coisas do palácio”, que assim podem aumentar mais os seus conhecimentos.

g) Os usos e gratificações

O modelo dos usos e gratificações procura entender os usos que cada indivíduo faz da comunicação social para satisfazer necessi-

dades e ser gratificado e foi sendo construído ao longo do século XX através do contributo de vários autores, entre os quais se destacam Schramm, Lyle e Parker (1961). No entanto, essa noção central sobre os efeitos dos meios também se encontra em Peucer. Por exemplo, ele evidencia em várias passagens que os leitores consomem jornais para, amavelmente, satisfazerem a sua curiosidade (cap. IV; cap. VIII; cap. XIV; cap. XXIV; cap. XXV) e o afã de saberem coisas novas (cap. XXIV). Essas razões, além da utilidade das notícias (cap. XXV), estão na base do sucesso dos jornais. Em suma, as pessoas, na época de Peucer, usavam os jornais com a mesma finalidade das pessoas actuais: serem gratificadas. A gratificação pessoal ocorre porque ao consumirem notícias as pessoas entretêm-se amavelmente, satisfazem a sua curiosidade, recebem informação útil e conhecem as novidades.

4 Tobias Peucer: o autor do primeiro manual de jornalismo

Peucer é prescritivo ao falar das qualidades éticas e técnicas, equiparáveis à do historiador, que deve ter quem escreve para jornais, podendo, por isso, ser considerado como o autor do primeiro manual de jornalismo do mundo.

a) A técnica jornalística e a cobertura dos acontecimentos

Peucer distingue a forma ou economia (*oikonomia*) das notícias, da sua expressão (*lexis*). Quer num caso quer noutro, Peucer poderia passar por um autor contemporâneo.

No que respeita à *forma ou estrutura* das

notícias, Peucer salienta, num tom bastante actual, que, em princípio, toda a notícia deve “ater-se àquelas circunstâncias já conhecidas que se costuma ter sempre em conta em uma acção tais como a pessoa, o objecto, a causa, o modo, o local e o tempo” (cap. XXI), ou seja, “quem? ”, “o quê? ”, “onde? ”, “quando? ”, “porquê? ” e “como? ”. Conforme se disse, esta sugestão de Peucer, importada da retórica clássica, mostra bem que a fórmula dominante para a construção de uma notícia está muito longe de ser uma invenção anglo-saxónica do século XIX. Uma vez respeitado esse princípio, Peucer dá duas sugestões para a exposição dos factos:

1. A exposição cronológica, tendo em conta “a sucessão exacta dos factos que estão inter-relacionados e suas causas” (cap. IV), de maneira a “preservar a ordem com que os acontecimentos se apresentam” (cap. XXI).
2. A exposição de acordo com uma ordem arbitrária que respeite a natureza tema. Por exemplo, para reconstituir o cerco e conquista militar de uma cidade, Peucer aconselha a que se fale dos autores (*quem?*), do motivo (*porquê?*), do local (*onde?*), da maneira de agir (*como?*) e da acção em si mesma (*o quê?*), por esta ordem.

No que respeita à *expressão (lexis)*, Peucer aconselha a redigir as notícias numa “linguagem (...) pura” (diríamos hoje *factual*), de maneira “clara e concisa”, num tom “nem oratório nem poético”, evitando “as palavras obscuras e a confusão na ordem sintáctica”, para conseguir “agradar” ao leitor e evitar que a notícia seja confusa (cap. XXII). Peucer, subscrevendo Lúcia, aconselha ainda

a que não se usem “palavras (...) fora de uso, nem tão-pouco (...) palavras próprias dos mercados e botecos”. Essencialmente, o “jornalista”, de acordo com Peucer, tem de cultivar “a linguagem e o estilo adequados à história” (cap. XXVI). Finalmente, Peucer concilia técnica e ética jornalística, pedindo aos “jornalistas” para não exagerar na menção a miudezas, banalidades e futilidades “de maneira ridícula e estúpida” (cap. XVI e cap. XIX), nomeadamente quando não serve de nada sabê-las (cap. XVI)

No que respeita ao processo de recolha de informações, Peucer pede aos “jornalistas” para serem cautelosos quando recorrem a fontes, sejam elas pessoas ou documentos, pois as fontes podem deturpar os factos, enganando “jornalistas” e leitores (capítulos X, XIV e XXV). Daí que, como vimos, Peucer defenda que o melhor é escrever-se sobre os acontecimentos que se testemunham directamente (cap. X).

b) A ética jornalística, a qualidade jornalística e as qualidades do jornalista

Para Peucer, ética e qualidade “jornalísticas” sobrepõem-se, estando dependentes das qualidades do “jornalista”.

A ética jornalística peuceriana parte do diagnóstico que o autor fez da imprensa da sua época, à qual acusa de publicar “coisas de pouco peso” (cap. XVI) e “desgraças humanas” (cap. XVI) e ainda de “anunciar fábulas falsas junto com histórias verdadeiras” (cap. VII), em parte por causa dos defeitos humanos, como disse Séneca (citado por Peucer, cap. VII). As notícias, no entanto, deveriam ser “verdadeiras e úteis” (cap. IX), pelo que quem escreve para jornais tem de ter “as qualidades do bom historiador” (cap. IX), como

“o juízo (...) para que, por meio dele, as coisas dignas de crédito sejam separadas dos rumores infundados (...); as leves suspeitas e as coisas e acções diárias sejam separadas das coisas públicas e daquelas que merecem ser contadas” (cap. XI). Infelizmente, para Peucer, nem todos os que escrevem para periódicos têm as qualidades do bom historiador, pois muitos “procuram falar de banalidades (...) e minúcias (...) e omitem o que seria útil de ler, envernizam (...) o que ouviram dizer por outros e, por fim, quando não têm coisas exactas, fazem passar por história as suspeitas e conjecturas dos outros” (cap. XI). Nesta passagem, Peucer faz uma profissão de fé em valores éticos intemporais do jornalismo, valores esses que, em última instância, lhe propiciam qualidade: *intenção de verdade*, para não enganar os leitores, até porque os jornais transmitem credibilidade (cap. XIV); e *falar do que se deve, conhece e é útil* e não do desconhecido e das banalidades sensacionais, por vezes mentirosas ou exageradas, que as pessoas querem saber (cap. XIV; cap. XVI). A este propósito, Peucer socorre-se de Cícero, para exigir *imparcialidade* aos “jornalistas” e para lembrar que é preciso ter *coragem para dizer a verdade* (cap. XIII), embora, paradoxal mas avisadamente, lembre os “jornalistas” que “é perigoso escrever sobre aquilo que pode lhe mandar ao degredo”, como as coisas que “os príncipes não querem que sejam divulgadas”. Pede ainda bom-senso no julgamento noticioso, de maneira a separar a informação socialmente relevante daquela que não o é, evitando a difusão de notícias sem importância (cap. XV).

Outra opção ética de Peucer assenta na ideia de que não deve ser publicada informação que “prejudique os bons costumes ou a verdadeira religião, tais como coisas obsce-

nas, crimes cometidos de modo perverso, expressões ímpias dos homens” (cap. XVIII), pelo que o autor, dentro do espírito do seu tempo, admite a censura prévia das notícias⁷, ainda que, sobretudo, peça sobriedade e contenção na redacção.

5 Conclusões

O texto de Peucer mostra, em primeiro lugar, que muitas das noções que se têm sobre a “invenção” da imprensa informativa e da estrutura clássica da notícia pelos americanos do século XIX precisa de alguns ajustamentos, uma vez que, no século XVII, já existia imprensa informativa e já se dominavam alguns aspectos dessa estrutura. Não são de rejeitar, obviamente, as contribuições norte-americanas do século XIX para as mudanças que se verificaram no jornalismo, pelo contrário, mas somente mostrar que algumas das alegadas “inovações” não foram mais do que a recuperação de uma tradição europeia de contar novidades, oralmente e por escrito, com raízes na antiguidade clássica. A civilização ocidental é filha de Atenas e de Roma, o que se nota também no jornalismo.

O texto de Tobias Peucer permaneceu na obscuridade demasiado tempo, o que atrasou a edificação de uma Teoria do Jornalismo, pois, conforme mostrámos, esse autor aponta nitidamente caminhos que só muito mais tarde foram trilhados. O que aconteceu a Peucer e ao seu texto mostra também as dificuldades de universalização e acumulação de conhecimento das ciências humanas e sociais, quer porque recorrem pouco

⁷ Isto mostra bem que não devemos julgar os nossos antepassados pelos mesmos valores que analisamos a sociedade actual.

à linguagem universalmente compreendida das ciências, a matemática, quer porque muitos dos pesquisadores escrevem em línguas pouco dominadas internacionalmente, como foi o caso de Peucer, que escreveu em latim num tempo em que essa língua estava crescentemente em desuso em favor do francês, primeiro, e depois do inglês. O seu texto só se tornou conhecido universal e contemporaneamente quando foi traduzido para alemão⁸ (1944), catalão⁹ e português¹⁰, entre outras línguas. Mas antes tarde do que nunca, pelo que o resgate da sua obra permite-nos agora, 314 anos passados, perceber não só que muitas das preocupações de Peucer correspondem a preocupações bem actuais como também que esse autor pode, com toda a justiça, ser considerado o moderno progenitor e precursor da Teoria do Jornalismo.

6 Bibliografia

- CASASÚS, J. M. e LADEVÉZE, L. N. *Estilo y Géneros Periodísticos*. Barcelona: Ariel, 1991.
- GALTUNG, J. e RUGE, M. The structure of foreign news. *Journal of International Peace Research*, n.º 1, 1965.
- MCCOMBS, M. E. e SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 1972.

⁸ PEUCER, T. De relationibus novellis. In: KURTH, K. (Org.) *Die ältesten schriften für und wider die zeitung*. Brünn: Rudolf M. Rohrer Verlag, 1944, p. 163-184.

⁹ PEUCER, T. De relationibus novellis. In CASASÚS GURI, J. M. Sobre els relats periodistics. *Periodística*. Barcelona: Soceitar Catalana de Comunicació, n.º 3, p. 31-47, 1990.

¹⁰ Ver bibliografia.

- MENDES DO NASCIMENTO, M. A. Tobias Peucer e o tripé do jornalismo. *Idade Mídia*, vol. 1, n.º 1, 2002.
- NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente. In: AA. VV. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70.
- NORA, P. O regresso do acontecimento. In: AA. VV. *Fazer História*. Venda Nova: Bertrand.
- PEUCER, T. Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)
- SCHLESINGER, P. Newsmen and their time machine. *British Journal of Sociology*, n.º 28, n.º 3, 1977.
- SCHRAMM, W.; LYLE, J. e PARKER, E. *Television in the Lives of Our Children*. Stanford: Stanford University Press, 1961.
- SCHUDSON, M. *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- SCHUDSON, M. Porque as notícias são como são? *Comunicação & Linguagens*, n.º 8, 1988.
- SCHUDSON, M. *The Power of News*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- SOUSA, J. P. *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.
- SOUSA, J. P. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.
- TICHENOR, P. J.; DONOHUE, G. A. e OLIEN, C. N. Structure, communication and social power. Evolution of the knowledge gap hypothesis. *Mass Communication Review Yearbook*, 4, 1982.
- TRAQUINA, N. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.